

ACTA Nº. 3

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO
ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM
29-11-2013**

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano dois mil e treze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência do Senhor **João António de Matos Lérias**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pela Senhora **Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho** e pela Senhora **Lúcia Dias Abelha**, primeira e segunda Secretárias respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Socialista**, os Senhores: -----

Mário André Balsa Gonçalves, Maria Fernanda Pires Fialho Marques Alves, José Francisco Matos Rodrigues Leote, Sara Paula Caetano Domingos, António Manuel dos Santos Rodrigues e Manuel António Simões Martins. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**, os Senhores: -----

José Miguel Filipe Baptista, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Rui Vitor Pires Bragança e Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**, os Senhores: -----

Luís Filipe Dias Grácio e Marco Filipe Sá Geração. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**, os Senhores: -----

António Silvino da Costa Ferreira, Telma Cristina Antunes Jorge. -----

Em representação do Centro Democrático Social, o senhor: -----

Mário Olímpio Clemente Ferreira. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** o Senhor: -----

Rui Cardoso Maurício. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima** o Senhor: -----

Ezequiel Soares Estrada. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jorge Manuel Alves de Faria e os Vereadores Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim, Carlos Manuel Pires Rei Amaro, Tília dos Santos Nunes, Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, José David da Silva Ribeiro e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, tendo dado posse aos elementos convocados para substituir os deputados que solicitaram ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a Mário de Matos Rodrigues, que substitui Marisa Sofia Cordeiro Parreira, da Coligação Democrática Unitária. -----

Deu posse a Maria de Fátima Vieira Figueira Roldão, que substitui Carla Sofia Roma de Oliveira, do Bloco de Esquerda. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade dos eleitos e após a leitura das respetivas atas avulsas de instalação e do respetivo juramento por parte dos eleitos, o senhor Presidente da Assembleia declarou-os investidos nas funções. -----

Informou que o membro que acabou de tomar posse, Mário de Matos Rodrigues, dirigiu um requerimento à assembleia a renunciar o direito de atribuição de senhas de presença previstas para o exercício de funções. -----

Entrou-se de imediato na ordem dos trabalhos. -----

-----**ORDEM DOS TRABALHOS**-----

PONTO NÚMERO UM-----

IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2014-----

Pediu a palavra **Mário Balsa**: “ Foi com agrado que se verificou uma proposta de redução do IMI, e nesse sentido, não podia deixar de me congratular. -----

Relembrar aquilo que tem sido a luta de vários elementos da vereação, não só do Partido Socialista, como de outras bancadas como a CDU e o BE em mandatos passados, que sempre se pugnaram pela redução desta taxa. -----

Nos últimos largos anos assistimos constantemente a uma subida do IMI e não deixa de ser importante trazer a esta câmara uma proposta de redução, independentemente do contexto que vivemos e todos sabemos que há um contexto difícil para a autarquia, mas também o é para os cidadãos e tudo o que nós pudermos fazer para aliviar a carga que recai sobre as pessoas, é sempre bem-vindo. -----

Parece-me um sinal muito positivo que a câmara está a dar com esta proposta de redução em 2,5% da taxa e penso que seja um motivo de orgulho, nos últimos anos a taxa subiu aproximadamente 130%, nos últimos doze anos cerca de 150%, o que significa que tivemos sempre aumentos, nunca houve uma redução efetiva do IMI.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Queria levantar aqui uma questão, foi aqui dito que nunca houve uma intenção de diminuir o IMI. -----

Sobre proposta da CDU em anos anteriores, houve um ano em que a taxa do IMI passou a ser de 0,6%, era os primeiros anos de implementação do IMI e mesmo com essa redução de taxa para 0,6%, a quebra em termos de receita foi ligeira na altura. -----

Estamos de facto noutros tempos e as circunstâncias são diferentes neste momento. -----

A CDU sempre defendeu uma diminuição do IMI naquilo que é possível em termos das finanças das autarquias, nas autarquias aonde temos melhor saúde financeira essa diminuição da taxa é substancial. Nas autarquias muitas delas herdadas de outras gestões, de outros partidos, muitas vezes não conseguimos aplicar uma redução substancial dessa taxa. -----

Esta tem sido a prática nas nossas autarquias, é uma prática que nós aplicamos nas autarquias aonde estamos em maioria, mas é uma prática que tentamos implementar nas outras autarquias. -----

Numa altura em que a Câmara Municipal herda aqui um buraco financeiro em termos do parque escolar, que nos preocupa muito neste momento, nós na altura avisámos a gestão desta câmara que isto não eram competências das Câmaras Municipais e que nós deveríamos pesar muito bem avançar para uma situação dessas. ---

Numa altura em que há um corte de mil e duzentos milhões de euros às autarquias, também nos deixa preocupados porque isto também tem algum relevo em termos do orçamento, da Lei das Finanças que levam a uma maior transferência do poder central para as autarquias de verbas. -----

Por outro lado, o impacto da avaliação dos prédios urbanos, nós já o dissemos, nos últimos meses da gestão do PSD, estávamos muito preocupados com o que vai ser o resultado no nosso concelho da avaliação dos prédios em termos de receitas, pelos primeiros valores que nós temos, de facto há uma quebra. -----

Isto leva-nos a termos algumas reservas, no nosso programa eleitoral, aquilo que nós dissemos em relação ao IMI, é escasso e não fizemos promessas. -----

Na coerência com isto tudo, é evidente que gostaríamos de uma redução mais substancial, mas não estamos aqui para populismos e demagogia, vamos aceitar esta taxa, no entanto, estaremos atentos para o ano em função daquilo que for o resultado da coleta.” -----

Prosseguiu **Mário Ferreira**: “ Se não fosse um munícipe interessado pela vida política e participasse como participei ativamente na campanha eleitoral, se fosse um simples munícipe que levasse a minha vida tranquilamente sem ler jornais, enquanto cidadão, hoje chegava aqui e dececionava-me, porque perante um outdoor que existiu durante a campanha, a promessa era da redução do IMI em 12,5%. -----

Como sou um cidadão que participava na campanha eleitoral, tive o cuidado de ler entrevistas e nas entrevistas foi então esclarecido pelo então candidato do Partido Socialista, agora Presidente da Câmara, que aquele não era uma promessa imediata mas sim uma promessa para se cumprir num prazo de quatro anos. -----

No entanto, tenho a certeza que muitos cidadãos assim não o saberiam e votaram sem o saber, porque de facto não leem determinadas entrevistas. -----

Já que o outdoor era grande e agora com uma certa ironia, podia-se ter-se acrescentado que era uma redução de IMI de 12,5% ao longo de todo o mandato, pelo menos era mais transparente e os cidadãos ao votarem, saberiam como estavam a votar.

Relativamente ao CDS na sua campanha autárquica, o programa era moderado a nível de promessas eleitorais e essa moderação foi intencional precisamente atendendo às situações financeiras quer do país, quer do município e portanto, não fizemos promessas demasiado ambiciosas e demasiado dispendiosas. -----

Perante a proposta que nos é apresentada pela Câmara Municipal, diria do mal ao menos, como se costuma dizer, e já que se trata de uma redução pouco significativa, mas uma redução de 2,5% sobre o IMI e sendo o CDS defensor da redução da carga fiscal sobre as empresas e os cidadãos, votaremos a favor da proposta que nos é apresentada. -----

No entanto, tenho que dizer que guardo ansiosamente o final do mandato para ver se atingem ou não os 12,5% prometidos no célebre outdoor.” -----

Continuou **Luís Grácio**: “ Este assunto do IMI é um assunto recorrente todos os anos por razões obrigatórias, mas também da nossa parte por habitualmente discordarmos das propostas que são apresentadas para o IMI. -----

De facto, no primeiro mandato que o Bloco de Esquerda teve representação nesta assembleia e no executivo é que foi votada e aprovada uma proposta do Bloco de Esquerda para baixar o IMI, na altura de 0,7% para 0,6%, nessa altura o PSD não tinha maioria nem no executivo, nem na assembleia, e daí a razão do abaixamento do IMI. Nos mandatos seguintes nada disso se verificou apesar do Bloco ter sempre argumentado e justificado a necessidade e a justeza de baixar o IMI para os nossos municípios. -----

A forma como nós vemos este assunto, nós temos noção do impacto significativo que este imposto tem nas receitas do município, mas entendemos que ele não deve ser absoluto relativamente a levar a desprezar o que significa do ponto de vista de esforço das famílias do nosso concelho. -----

Portanto, atendendo como boa a proposta que o PS apresentou na campanha eleitoral de abaixamento do IMI em 12,5%, mesmo tomando também como positivo que eventualmente não fosse o primeiro ano, que fosse ao longo do mandato, a proposta que

aqui é apresentada, é de tal forma insignificante que eu não vejo por aonde o PS tenha de se congratular. -----

Na campanha eleitoral, a nossa posição era de abaixamento do IMI, nunca dissemos o valor a baixar porque tínhamos noção da responsabilidade que isso significava do ponto de vista do encargo e das receitas que a autarquia necessita para a sua atividade. -----

De facto, o que hoje aqui nos é presente é manifestamente insignificante, e a razão de nós termos apresentado uma proposta alternativa no executivo e irmos votar contra esta proposta que é apresentada, não por estarmos contra o abaixamento do IMI, mas porque ele é insuficiente e muito insignificante. -----

A pressão que hoje é exercida sobre os nossos municípios, com cortes nos salários, nas pensões, nas reformas, nos subsídios e outras renumerações assessorias, era importante que houvesse um sinal mais significativo da parte do município no sentido de aliviar a carga do esforço que as famílias estão hoje a sofrer. -----

Portanto, nós entendemos que esta proposta que o PS aqui apresenta, é uma proposta insignificante e não deveria merecer o apoio desta assembleia, nós iremos votar contra.” -----

Referiu **Kelly Silva**: “Ao contrário do que era suposto, a população do Entroncamento não vai ver o IMI reduzido em 12,5%, tal como um dia a população tinha acreditado que tal viria a acontecer. -----

0,01% de 0,4% não corresponde de todo aos 12,5% prometidos. -----

Vejamos dois exemplos simples, que às vezes é mais fácil para as pessoas verificarem a importância desta questão: -----

Num imóvel com um valor de 100.000 euros, a redução do imposto é de dez euros, os municípios nesta situação, deixam de pagar 400 euros e passam a pagar 390 euros. -----

Num imóvel de 150.000 euros, a redução do IMI é de quinze euros, os municípios não pagarão 600 euros, pagarão 585 euros, 12,5% de 600 euros são 75 euros e não 15 euros como se verifica. -----

O PSD não pode votar favoravelmente esta proposta, não foi nisto que a população do Entroncamento acreditou quando votou.” -----

Mário Balsa referiu: “ É com agrado que eu vejo que o CDS e a CDU acabam de tomar posições conscientes, acabam por ter noção da realidade que vivemos. -----

Fico claramente estupefacto por alguma demagogia que é feita, especialmente por bancadas que têm clara noção da situação que vivemos, têm clara noção do estado em que a câmara se encontra, e por outras bancadas que não há muito tempo, gostaria de lembrar aqui um texto do senhor vereador Carlos Matias, que em 2011 propõe uma redução de um por cento, nós agora estamos a propor uma redução de dois e meio por cento, numa situação contextual muito mais difícil, e portanto, não compreendo o voto contra, lamento, aceito os vossos argumentos, mas acredito que deva ser ponderada esta situação e ponderada. -----

Fiz uma pequena pesquisa e a treze de setembro de dois mil e onze, o senhor vereador Carlos Matias, acaba por publicar um texto aonde vem defender que uma redução do IMI, mesmo que apenas com um significado seria importante para dar um sinal à população. -----

As outras questões que foram aqui abordadas, a questão do outdoor, a questão como é que a medida foi apresentada, claramente que não acredito, estamos no Entroncamento uma população claramente esclarecida, não acredito que as pessoas não ouvissem e não lessem todos os fóruns, onde foi claramente vincado que era uma

medida para o mandato e não apenas uma medida para executar já de imediato, até porque, a noção das contas da câmara claramente que não permitiria apostar numa redução de 12,5% já no início, por muito que nós gostássemos de o fazer, somos um partido de esquerda, somos um partido que pretende defender as populações e as pessoas e nesse sentido claramente que gostaríamos de aliviar a carga fiscal já de imediato. -----

Relembrar apenas aqui, que nós estamos sujeitos não só no país, mas também na Câmara do Entroncamento a um resgate financeiro, aderimos ao programa PAEL que nos obriga a manter o equilíbrio financeiro e não podemos reduzir o encaixe financeiro da autarquia, não podemos reduzir as receitas sem ter do lado da despesa também uma redução, obviamente, neste curto período que temos de governação da câmara, não seria possível fazer uma redução da despesa que permitisse encaixar uma redução de IMI, significativamente superior àquela que temos. -----

Dar apenas aqui uma pequena nota até em jeito de conclusão da minha intervenção, a despesa de outubro da câmara, já sob a égide do Partido Socialista, cifrou-se pelas informações que tenho, nos nove mil euros, enquanto a despesa de setembro, no mês imediatamente inferior, cifrou-se em duzentos mil euros, ainda na égide do PSD. -----

Estamos a tentar reduzir as despesas da câmara, estamos a criar condições para que uma redução do IMI mais significativa existe.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Finalmente temos uma posição consciente. Nós sempre tivemos essa posição consciente no passado quando as receitas do IMI subiam substancialmente e nós achamos escandaloso a forma como as receitas do IMI estavam a subir. -----

Quando propusemos todos os anos uma redução substancial do IMI, era porque correspondia de facto à necessidade naquela altura e, correspondia também a uma situação de escândalo, como foi dito por uma dirigente do PSD em determinada altura em que o IMI estava a subir demasiado. -----

Neste contexto atual a situação é diferente, nós vamos ter necessidade de ter dinheiro para tratar dos arruamentos, saneamento, jardins e de uma série de outras coisas e para isso, nós não podemos reduzir atualmente o valor da receita de IMI sem saber das consequências daquilo que se vai passar este ano em termos de coleta. -----

Isto é a nossa posição em termos de termos alguma cautela naquilo que vai ser o futuro e eu corroboro aquilo que foi dito aqui em relação ao PAEL. -----

Nós fomos contra a aplicação do PAEL nesta câmara porque isso trazia-nos graves consequências para o município, imposições enormes para além daquilo que é comum a todos os municípios neste momento, que é a perda de autonomia, a perda de receitas, etc. -----

Para além disso, é sabido que o excesso das receitas em relação ao IMI vai para um fundo que para nós são extremamente duvidosos.-----

Estão a preparar-se as coisas para progressivamente os municípios ficarem sem as receitas do IMT.” -----

Interveio **Luís Grácio**: “ Começava por fazer uma pergunta porque achei interessante a intervenção do deputado António Ferreira, gostava de saber que fundos duvidosos são esses? -----

Relativamente à intervenção do deputado Mário Balsa, aconselhava-o a voltar a ler aquilo que o Carlos Matias escreveu, ele não fez uma proposta de baixar um por cento, foi zero vírgula um, só que foi na taxa, ou seja, passava de zero vírgula oito para zero vírgula sete, isso significa doze vírgula cinco por cento na taxa. -----

O Equilíbrio Financeiro de facto é importante, mas não é por estarmos sobre a égide do PAEL por empréstimo que fizemos para saneamento financeiro, deve haver preocupação por parte do município, da assembleia, do executivo, em haver equilíbrio financeiro, o PAEL só impõe condições específicas por razões de termos recorrido ao empréstimo para saneamento financeiro. -----

Espero que esta nossa posição seja devidamente interpretada, nós temos consciência das dificuldades que estamos a viver todos, principalmente as famílias e daí a razão de nós entendermos que havia condições de fazermos um pequeno esforço da parte do município, de dar um sinal mais significativo e portanto voltamos a reafirmar que o abaixamento que é proposto é insignificante.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Ouvi as intervenções dos senhores deputados e deixar de me lembrar daquilo que já se discutiu de IMI nesta casa, das propostas que já houve, dos executivos que já houve, das assembleias que já houve, das propostas com números mais para cima ou mais para baixo que já houve, e foi talvez com mais espanto do que todas as propostas que eu já vi nesta casa, que vi a proposta dos 12,5%, na altura fui eu, que numa iniciativa do PSD fui falar desse assunto, como os senhores terão visto certamente no entroncamento online, e falei quanto é que era o valor exato dos 12,5%. –

Quando dizemos que vamos baixar o IMI, ou somos sérios com aquilo que dizemos às pessoas, ou enganamos as pessoas. -----

Primeiro, numa cidade para as pessoas, diz-se às pessoas que aquilo que a câmara pode mexer na taxa do IMI, é no valor compreendido entre 0,3% e 0,5%, e depois diz-se às pessoas que dentro dos 0,4% que já estava em vigor no município do Entroncamento, aí diz-se que vai baixar 12,5%, não se diz às pessoas que baixar o IMI em 12,5%. -----

Dizia-me um amigo meu que ia votar no PS, porque paga 100 euros, com 12,5%, vou pagar 75 euros, vou votar no PS, eu disse-lhe que as contas não são assim, destes 12,5% isto não se aplica diretamente ao valor global. -----

A nível de marketing eu tenho que tirar o chapéu, a cartola, tiro tudo o que houver a tirar, mas nunca o faria, porque é enganar as pessoas, a cidade para as pessoas que o senhor preconiza e utilizou na sua campanha, é enganar as pessoas. -----

Acredito que o senhor Presidente e o seu executivo, ao final dos quatro anos tenha menos 12,5% no IMI à custa de pelo menos 350.000 euros do orçamento anual de uma câmara. -----

Não sei aonde é que foi arranjar o número dos duzentos mil euros, para os nove mil euros, e se está a falar em situações de meses iguais com compromissos iguais, mas acho que podemos ver essa situação contabilística aqui à frente de toda a gente, saber aonde é que estavam os duzentos mil euros de setembro e aonde é que estão os nove mil euros de outubro e saber o que é que são compromissos assumidos ao mês de setembro e ao mês de outubro, se isto é verdade, há-de estar fundado nalguma coisa. -----

Disse aqui que os partidos de esquerda é que trabalham para as pessoas, acho muito bem, é o *slogan* da sua campanha “uma cidade para as pessoas”, mas não volte a dizer que são os partidos de esquerda que trabalham para as pessoas, porque eu aqui sou cidadão do Entroncamento, represento os munícipes do meu concelho, muitos dos que votaram em mim não são militantes do PSD e não é por causa disso que deixo de trabalhar para eles. -----

O PSD ao longo de doze anos trabalhou para todos os cidadãos desta terra e beneficiou a vida de muitos deles. -----

Eu não sou daqueles que acha que os 12,5% são incomportáveis é impossível lá chegar e espero que o senhor Presidente ao fim de quatro anos chega aos 12,5%, é bom sinal, mas é sinal de que de certeza que o senhor Presidente como economista que é, fará

as contas para perceber que há equilíbrio financeiro da câmara para o fazer e que elas podem ser postas em prática, senão já o tinha feito de uma vez toda e mal de mim pensar, que o senhor Presidente da Câmara seria capaz de tomar uma decisão dessas que fosse ruínosa para a gestão municipal, mal de mim, seria pensar uma coisa dessas e não penso. -----

Mas foi isso que o PS prometeu e foi isso com que o PS foi a votos às pessoas. ---

O senhor deputado António Ferreira falou aqui que a receita continua a subir, o senhor deputado sabe tão bem como eu, que cada vez que se avaliam imóveis a receita continua a baixar, tal como aconteceu no último ano e vai acontecer este ano outra vez.

O PAEL serviu para pagar dívidas ao pequeno comércio e portanto não podemos subestimar um plano como foi o PAEL. -----

O PS propôs uma coisa às pessoas, foi o PS que ganhou as eleições, nós não nos esquecemos disso e é para fiscalizar o programa eleitoral do PS que nós aqui estamos e portanto, a bancada do PSD vai votar contra.” -----

Prossigui **Fernanda Alves**: “ Muito já foi dito relativamente a esta questão, iria pegar sobretudo nas palavras do senhor deputado José Baptista e fiquei satisfeita com um ponto que apontou favoravelmente à campanha do PS, que foi a questão do marketing, acabou de dizer que dava a mão à palmatória que tinha sido uma boa campanha nesse aspeto, foi aquilo que eu percebi, se diz que não, percebi mal. -----

De qualquer forma, dizer ao senhor deputado, que está tão escandalizado com a promessa que o Partido Socialista fez e colocou no outdoor sobre a questão dos 12,5%, deixe que lhe diga, que tal como na casa de cada um de nós, quem faz a gestão dessa própria casa é que sabe como é que há-de gerir. -----

O Partido Socialista está ter algum equilíbrio perante aquilo que encontrou e portanto, já está a dar um bom sinal de cumprir a promessa que fez aos munícipes. -----

Quanto à questão de falar e dizer que não foi explicado à população, lamento informá-lo que o senhor Presidente da Câmara, aquando da apresentação do seu programa, esclareceu esta questão do IMI que seria para um mandato de quatro anos. ---

O senhor deputado também referiu aqui, que um dos seus amigos lhe falou na questão do esclarecimento dos 12,5%, o senhor deputado esclareceu e muito bem, deveria ter esclarecido mais, se era essa a sua intenção e se achava que a campanha do PS não estava a ser bem-feita e que achava que não era correto aquilo que estava a ser dito, teria feito uma campanha muito melhor, explicando a toda a população aquilo que explicou ao seu amigo e talvez neste momento, estivesse no lugar em que o executivo do PS está hoje.” -----

Referiu **António Ferreira**: “ Em relação ao senhor deputado José Baptista, de facto se for ver os gráficos do aumento do IMI desde a sua implementação, a subida desses impostos foi uma curva bem acentuada, não estou a dizer que nos últimos anos as coisas não se tenham invertido e a curva tenha subido de forma mais lenta e sobretudo naquele ano em que foi aprovado por proposta da CDU, 0,6% a curva até desceu ligeiramente. -----

Em relação à questão que me foi levantada pelo deputado Luís Grácio, é preciso ter presente que o incumprimento dos planos reduzirá em 20% a participação dos impostos do estado nos municípios, ou seja, já em 2013 se houver incumprimento 20% da participação dos impostos do estado vão para um fundo chamado fundo da regularização municipal. -----

Em 2014 serão retiradas às autarquias uma verba para o chamado fundo de apoio municipal, através do qual, o governo pretende mutualizar progressivamente as dívidas municipais, ou seja, tanto de um como de outro, é passar um atestado de menoridade às

autarquias, retirar autonomia às autarquias e não vai resolver, porque este fundo vai ser para compensar autarquias que não cumprem.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número um à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “ **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2014**” foi aprovado por maioria, com quinze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária, um voto do Centro Democrático Social e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e oito votos contra, sendo cinco votos do Partido Social Democrata e três votos do Bloco de Esquerda. -----

Passou de imediato ao ponto número dois -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

COMPROMISSOS PLURIANUAIS - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA – ESTACIONAMENTO NA ZONA A -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Este é um assunto em que a CDU quando eu estive como vereador, nos opusemos frontalmente à concessão deste espaço e à forma como ele estava a ser estudado. -----

A concessão já foi feita depois de já não termos vereador, mas a discussão já vinda detrás. -----

O primeiro projeto que havia, era delimitar uma zona ampla ao estacionamento que ia até à Igreja, muito próximo da COFERPOR. -----

O Presidente na altura opôs-se a essa solução e enveredou por outra solução que era uma mais restrita, ia até à avenida e parque de estacionamento, nós CDU sempre nos opusemos a uma exploração da concessão dessas infraestruturas que foram pagas com os nossos dinheiros, dinheiros comunitários, com o nosso esforço e sempre colocámos a questão com uma parceria com uma empresa nessa área seria prejudicial para o Entroncamento, porque era injusta, porque se andou a construir anos a fio, sem o devido estacionamento subterrâneo e de repente aplicavam taxas de estacionamento à superfície sem as pessoas poderem colocar os carros devidamente. -----

Por essa razão nós opusemo-nos na altura, a câmara explorava o espaço subterrâneo, explorava o espaço chamado estacionamento da CP, tínhamos as receitas que tínhamos e vivíamos com isso. -----

Proseguiu **Fernanda Alves**: “ Fico satisfeita com os esclarecimentos da CDU, já estávamos a par dessa vossa tomada, também o Partido Socialista agora aqui perante este dado, vem estar solidário com o executivo por esta herança, sobretudo uma decisão tomada em dezasseis de setembro. -----

Este lamento do Partido Socialista vem neste sentido, o deputado António Ferreira falou aqui e muito bem, que de facto os interesses dos moradores neste caso foram acautelados, todos nós aqui presentes estamos por dentro desta situação. -----

Foi feito um contrato com a Tecnovia, na altura houve muitas reclamações por parte dos moradores, a questão era incomportável, as pessoas não compreendiam porque é que tendo adquirido aqui uma habitação tinham de pagar o pagamento à superfície, não tinham o direito a estacionar os seus carros na zona concessionada, tudo isto veio a dar na emissão por parte do executivo anterior, de alguns cartões e agora pergunto-me: Tendo em conta o cenário que se nos apresenta hoje aqui, então a câmara não tinha previsto que isto iria acontecer com a emissão destes cartões, se por um lado queria agradar, compensar os moradores e tê-lo-á feito com as melhores das intenções, certamente teria tido em mente que isto iria ter consequências e as consequências vêm

agora no seguimento deste documento que recebemos em que a bancada do PS já esperando e ficámos bastante surpreendidos com o montante em dívida à Tecnovia de 271.127.95 euros. -----

Desta importância, 219.000 euros é a dívida que a câmara ficou pela emissão dos cartões e que depois se repercutiu na não receita que a Tecnovia iria ter e portanto, parte essa que seria para o município. -----

O que ainda nos desagrada mais, é a questão de 51.489.40 euros de juros que deriva do não pagamento a tempo desta dívida para com a Tecnovia. -----

Sabendo que isto não vai ser pago em dinheiro vivo, vai ser descontado nas receitas que a câmara teria, se não tivesse havido este erro inicial de um contrato celebrado, permitam-me o termo, como deve ser com a Tecnovia e que levou à posterior a emissão dos cartões, estes 219.000 euros seriam dinheiros que eram evitados, entrariam nos cofres da câmara. -----

Para além de não receber esta receita, porque agora vai ter que a devolver à Tecnovia, ainda vai ter que devolver 51.000 euros, o que me parece que esta questão é bastante gravosa.” -----

Continuou **Mário Ferreira**: “ Parece-me que esta concessão à Tecnovia foi das decisões do anterior mandato com piores efeitos para a cidade. -----

No programa do CDS para estas últimas autárquicas, constava precisamente como um dos temas principais a questão do estacionamento naquela parte da cidade. -----

Moro naquela zona e é indiscutível apesar dos valores do pagamento do estacionamento não serem muitos elevados, mas é indiscutível o abandono de muitas pessoas que vinham ao centro da cidade e que se afastaram precisamente nem que seja pela questão psicológica, terem que sair do carro para dirigir-se a uma máquina para pagar, apesar do valor não ser alto, volto a frisar. -----

Como moro nesta zona, acho que é notório e muitas pessoas que comigo falam, são da mesma opinião e quem passa durante a semana na zona do mercado é bastante triste o panorama, montes de lugares vazios porque se as pessoas querem fazer uma compra vão às grandes superfícies comerciais aonde têm estacionamento gratuito.-----

Relativamente à concessão à Tecnovia de facto os 51.000 euros de juros, também é algo que nos preocupa. Foi feito um contrato em que não parece que foram efetivamente salvaguardados os direitos dos moradores, sobretudo os que não têm garagens. -----

Fazendo um balanço da implementação da concessão foram pouco positivos ou bastante negativos para a cidade, no entanto, no contrato que o senhor Presidente da Assembleia teve a gentileza de nos enviar, na cláusula décima diz: “*A cedência poderá ser resgatada pelo concedente, a partir da metade do período da concessão, podendo o município indemnizar o concessionário em relação ao valor residual dos equipamentos objeto da concessão*”, ou seja, estamos a falar de nove anos, em dois mil e dezassete atingimos metade dessa concessão. -----

Como o CDS se propôs na sua campanha autárquica, estudar todos os meios para acabar com o estacionamento pago naquela parte da cidade, gostaria de saber se a câmara já pensou essa possibilidade de proceder ao resgate da cedência ou não, e o que é que pensa nesse âmbito fazer.” -----

Referiu **Fátima Roldão**: “ Pela nossa parte aceitamos este plano de pagamento apresentado, são compromissos que devemos honrar, contudo, devemos ressaltar que esta situação poderia ter sido evitada se na altura da atribuição dos cartões de estacionamento aos moradores, tivessem sido devidamente ponderados e quantificados, os encargos para o futuro que esta concessão representava. -----

Deveria ter-se negociado logo com a Tecnovia as contrapartidas respetivas e não se deveria ter arrastado a questão durante tanto tempo, ainda mais com a cobrança de juros que representam sempre um encargo adicional e desnecessário para a autarquia. ---

Consideramos por outro lado, que esta atual solução de gestão de estacionamento, parece-nos a mais equilibrada para todos, comerciantes, moradores e utentes, nomeadamente os que vão apanhar os transportes públicos, mas, não nos deveremos esquecer, que se a atribuição dos cartões de morador não tivesse cessado, a situação que foi muito reivindicada por algumas organizações de moradores, como o senhor Presidente da Assembleia se deve recordar, os valores a pagar seriam hoje superiores. ---

Devemos no futuro evitar estes erros de má gestão e ainda mais, nestes tempos de crise que atravessamos, exigem sim uma gestão rigorosa e atenta evitando estes prejuízos financeiros para a autarquia.” -----

José Baptista referiu:” Em primeiro lugar quero fazer um cumprimento aos serviços, pelo documento técnico que nos foi enviado, em especial ao Doutor Martinho pela elaboração do documento, da forma como está preparado e explicado. -----

Nós temos um montante a pagar à Tecnovia elevado e temos um compromisso assumido que tem de ser pago naturalmente, este foi ainda um processo acompanhado na anterior gestão executiva, este executivo apenas trás o documento para ser apreciado na Assembleia Municipal, como tem de ser, mas faria sentido, não sei se o senhor Presidente quer ou não manifestar-se ao que acha deste documento, ou da necessidade de ser revisto para futuro, porque afinal este foi um documento assinado por uma câmara que não é esta, obrigatoriamente tem que vir a esta assembleia para ser aprovado, mas faz sentido que saibamos o que é que o novo executivo pensa do estacionamento pago, o que é que quer fazer, quais é que são as alterações, se quer ou não fazer, ou se quer manter este modelo. -----

Aquela lógica da economia que não há almoços grátis, leva-nos a pensar de que, se a certa altura os munícipes estiveram e bem a pretensão e vieram a esta casa reclamar em Assembleia Municipal com o direito que tinham, de que o estacionamento na zona A fosse devidamente tratado para que os moradores desta zona tivessem local aonde deixar os carros a preços reduzidos, é óbvio que a autarquia ao autorizar e ao permitir esses cartões depois de ter retirado os cartões totalmente gratuitos, sabia que ia haver um gasto nisso e os cidadãos sabiam que ia haver um gasto, não é uma surpresa para ninguém, toda a gente sabia que a fatura iria vir. -----

Portanto, não me parece que seja uma surpresa, a senhora deputada hoje em dia, na altura esteve cá como munícipe, sabia que a pretensão que tinha por um contrato que era pré-existente, obviamente que ao alterar esse contrato, ia haver uma fatura a pagar ao município. -----

A senhora deputada com os impostos que pagava na altura, e com os que paga hoje, obviamente que tem o direito de reclamar as pretensões que acha necessárias como fez na altura com um grupo de cidadãos aonde estava o senhor Presidente da Assembleia, mas não nos podemos esquecer, que uma pretensão de um cidadão e que tenha implicação económica, a fatura vai vir. -----

Parece-me que é um documento técnico estupendamente bem elaborado e quero dizer que obviamente o documento será aprovado, é um compromisso assumido, é um compromisso a pagar.” -----

Interviu **Fernanda Rolo**: “ Tenho ouvido falar nesta assembleia que na considerada zona A os moradores não têm lugar para estacionar os seus carros. -----

Que o comércio é prejudicado porque as pessoas têm de pagar. -----

Eu moro numa zona perto do Hospital, em que quero arrumar o carro à porta e tenho que o pôr na garagem porque não tenho lugar para estacionar. -----

Quando quero ir às compras tenho um lugar para estacionar ou no parque de estacionamento subterrâneo ou cá em cima, se demorar menos de meia hora a maior parte dos dias nem pago nada, outros dias pagarei com certeza porque demoro mais de meia hora, porque tenho por hábito fazer as minhas compras no Entroncamento. -----

Se por acaso não fosse a pagar, as pessoas que vão para Lisboa, para Coimbra, ou outros destinos, deixariam os carros à porta das pessoas que era o que sucedia antigamente e quando queria ir à praça, tinha que ir pôr o meu carro no largo da igreja, porque não tinha lugar para estacionar.” -----

Pedi a palavra **Mário Balsa**: “ É um documento que vem do mandato anterior, é algo a que a câmara tem que dar cumprimento e nesse sentido a bancada votar favoravelmente a questão. -----

Concordando com o senhor deputado do CDS no ponto fulcral desta discussão, que é a questão do abandono do centro da cidade e da monotonia a que o centro foi vetado nos últimos anos, porque obviamente as pessoas olhando quando se querem dirigir ao centro para fazer compras, no início acabaram por se deslocar para outras áreas aonde não pagavam estacionamento, ganharam certos hábitos e agora é muito difícil o retomar, embora considere claramente que há alguma necessidade de ordenar o centro da cidade. -----

Não concordo com o deputado do CDS quando referiu que era um valor baixo, aqui não compreendi se, se referia ao valor de quando se estaciona e que se paga, ou se seria o valor global, interpretei como sendo o valor global, e esse não é definitivamente baixo, por exemplo este valor global de indemnização que temos aqui para pagar, praticamente dava para pagar a baixa de IMI que nós tínhamos anunciado. -----

Em relação a este contrato, não se prende com a alteração para defender os cidadãos, a questão fulcral aqui é a incompetência inicial do contrato, que não prevê uma situação que em outros concelhos já existia e até podiam ter olhado para outras autarquias do país aonde situações semelhantes já aconteciam e que os cartões de moradores estavam previstos, seria apenas importar um modelo que já existia. -----

É uma indemnização, que como dia o senhor José Baptista, acaba por ir no sentido da defesa dos cidadãos, mas não deixa de ser uma indemnização, que tendo havido um pensamento positivo, um pensamento estruturado e alguma capacidade de observar o mundo que nos rodeia, teria sido evitada e esse é que é o meu principal desagrado com toda esta situação.” -----

Proseguiu **Rui Bragança**: “ Tem-se falado tanto no estacionamento, que foi o estacionamento que estragou o comércio, que existem espaços livres durante o dia e é isso que impede que as pessoas venham ao comércio. -----

Gostava de lançar aqui um desafio, até porque nasci no Entroncamento e o que eu ouvi, não é que as pessoas não vêm para baixo, as pessoas deslocaram os carros dos sítios aonde estavam para mais de duzentos metros aonde não pagam. -----

O meu desafio é o seguinte: Tentem junto de uma entidade ou de uma escola, fazer um estudo e perceber se o estacionamento fosse livre, quem é que estacionava o carro, a que horas é que ele ficava e a que horas é que ele saía, vão chegar à conclusão a que eu cheguei, quem estaciona o carro das 7 da manhã às 7 da noite, são pessoas que não estão no Entroncamento, não estou a dizer que não têm direito a estacionar, façam o estudo e chegamos à conclusão que o comércio não estagnou porque o estacionamento começou a ser pago.” -----

Continuou **Mário Ferreira**: “ Respondendo ao senhor deputado Mário Balsa, quando me referi ao valor, era o valor que as pessoas pagam quando estacionam, o valor não é muito elevado comparado com outras cidades, fica aquém desses valores. -----

Eu moro na Rua D. João II que agora é bastante concorrida a nível de estacionamento, porque não é pago e muita gente vai lá estacionar o carro para ir para o comboio. -----

Respondendo ao desafio do deputado Rui Bragança, a verdade é que naquela zona da cidade, podemos dizer que se reduziram quase em metade os lugares porque muitos deles estão vazios. -----

Eu trabalho na Golegã, há um café que eu gosto de ir e precisamente naquela zona é paga e por causa disso não vou lá, porque anda um senhor de colete vermelho e tenho medo de estar ao balcão e levar uma multa só porque parei cinco minutos.” -----

Referiu **Manuel Martins**: “ Sou morador na zona A, fiz parte da comissão de moradores que tentou junto da câmara sensibilizar para esta questão. -----

Passadas as eleições e depois de se aperceberem de tudo o que se estava a passar e do custo que isso ia ter, resolveram arrear caminho e criar os tais cartões que já conhecemos, vinte euros mensais muito para além do que é praticado nas zonas como Lisboa ou Coimbra. -----

Para além disso, e como muito bem disse o senhor deputado Rui Bragança, há os moradores que saem de manhã e chegam à noite e utilizam o espaço de estacionamento num período muito curto no que se refere à parte paga, estranhamente, este acordo contempla uma taxa de utilização de cerca 50% de utilização por parte dos moradores dos tais cartões que foram atribuídos de uma forma gratuita. -----

Tudo isto para referir que este contrato foi realmente um contrato do mais absurdo que se pode imaginar, como está mais do que provado, e seria conveniente que o mesmo fosse alterado ou reformulado, ou inclusivamente como o senhor deputado do CDS afirmou, utilizar o que está plasmado na cláusula décima.” -----

António Ferreira referiu: “ Chamar à atenção que isto é uma daquelas chamadas parcerias público privadas, como tantas outras que há aí pelo país, que aproveitam os investimentos do Estado para fazer negócio e o Estado em vez de ganhar alguma coisa com o investimento quem ganha com o processo todo são essas empresas. -----

Em termos de compromissos, acho que se deve pagar aquilo que está até porque a solução alternativa a isto, é pagarmos ainda mais. -----

Estou perfeitamente de acordo com o desafio que foi feito aqui, gostava de uma informação que dependente dessa informação é que nós vamos votar favoravelmente ou vamo-nos abster, que é invocar a cláusula décima e se é possível rescindirmos o contrato ou de chegarmos a um acordo com a empresa.” -----

Prossiguiu **Luís Grácio**: “ Este assunto não vai ser esgotado nesta assembleia, de certeza que isto vai voltar cá. -----

Nós podemos deduzir aqui é que, se o estacionamento grátis é mau, estacionamento pago é mau, temos aqui um problema grave. -----

De facto, pelas circunstâncias da localização da estação de caminho-de-ferro e pela sua utilização intensiva, coloca aos municípios do Entroncamento, aos moradores desta zona, aos comerciantes desta zona, à câmara e a nós todos aqui, um problema para resolver que não vai ser fácil. -----

Posso questionar: -----

Grátis, o comércio sobrevivia? -----

Grátis, os moradores tinham lugar? -----

Este problema não é tão simples como se está aqui a colocar. -----

De facto, o contrato inicial teve o nosso voto contra, foi um processo errado, está à mostra, está aqui um problema grave para resolver, temos um processo de recessão de valores a dar à empresa que fez a concessão. -----

Os documentos apresentados pelo Doutor Martinho eram claros e explícitos, muito objetivo, muito claro e mais, os valores vinham de receita espetável que a empresa estava a pensar recolher. -----

Por aquilo que me apercebo da leitura, fez uma redução de 50% sobre o valor espetável, eles até foram simpáticos.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “ Obrigado por esta possibilidade de partilhar convosco algumas questões sobre esta matéria e muito concretamente as questões que foram colocadas pelos senhores deputados Mário Ferreira e António Ferreira. -----

Obviamente que este processo vai merecer da nossa parte um estudo profundo acerca de possibilidades futuras, mas como foi dito, essa possibilidade só se coloca ao nível de eventualmente o contrato ser resgatado em 2017. -----

Na obstante essa situação, vamos procurar encontrar algumas soluções que possam minimizar algumas destas questões que foram referidas. -----

Lembro no entanto que, a resolução de uma questão não tem normalmente apenas e só uma única solução, por exemplo, se nós conseguirmos de alguma forma encontrar uma forma diferente de ordenar o acesso à nossa estação, em que o acesso seja dividido pela parte norte e a parte sul, através do que temos falado e que é um desígnio nosso, tentar encontrar uma solução de atravessamento das linhas, provavelmente até subterrânea, aí teríamos uma solução em que parte do tráfego era dividido. -----

Haverá aqui várias hipóteses, todas elas vamos procurar estudar, também os contributos que possam dar, serão sempre bem-vindos. -----

Esta conta que agora somos chamados a pagar, é uma conta que resulta de um processo mal conduzido, foi de facto o querer fazer um contrato de concessão demasiado apressadamente, sem ser refletido, que resultou nesta solução posterior que foi encontrada para satisfazer algumas exigências de alguns moradores, que agora nós estamos a pagar a conta. -----

Este acordo já foi negociado algum tempo, os juros que aqui estão muito provavelmente, não serão apenas esses e na altura do pagamento provavelmente irão ser colocados em cima da mesa por parte das entidades outros reforços em termos de juros.-

Estamos aqui para honrar os compromissos dos executivos que tiveram nesta câmara, sejam eles quais forem. -----

Relativamente à questão, volto a repetir, vai merecer todo o nosso empenho em termos de estudo e todos os contributos serão bem-vindos.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor **Presidente da Assembleia**, colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “ **Compromissos Plurianuais – Pedido de Autorização Prévia – Estacionamento na Zona A** “ foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, cinco votos do Partido Social Democrata, três votos do Bloco de Esquerda, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de freguesia e uma abstenção do Centro Democrático Social. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu:” Eu não mudei de ideias por ser agora Presidente da Assembleia Municipal, fui recordado pelos senhores deputados

relativamente a este assunto e obviamente que eu não mudei de ideias e o senhor Presidente da Câmara sabe disso. -----

Se me perguntarem se eu gosto do contrato que foi assinado, obviamente que eu não gosto. -----

Se eu acho que existem outras soluções, acho que elas existem, as pessoas têm é que discuti-las e tentar ver noutros municípios outras situações que foram criadas e que são benéficas para todos, para os residentes, para os comerciantes e para os que de fora nos visitam e isso é muito importante. -----

Com base na informação que foi prestada pelo senhor Presidente da Câmara, espero que novas soluções sejam adotadas, o senhor Presidente está agora legitimado para assinar este acordo e honrar o compromisso que vinda detrás.” -----

Passou-se de imediato ao ponto número três da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----
CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ACORDO DE EXECUÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E AS JUNTAS DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E SÃO JOÃO BAPTISTA. ---

Pediu a palavra **Marco Geração**: “ Em relação a este ponto, o Bloco apresenta algumas questões que gostaria de ver esclarecidas. -----

Depois de ler os contratos e relativamente ao acordo de exercício, o Bloco pretende saber como será efetuado o mesmo, isto em termos da transferência de recursos, quer materiais, humanos e financeiros, para as respetivas Juntas de Freguesia, preocupa-nos a viabilidade deste contrato, quando sabemos que as Juntas vão receber menos verbas do Orçamento de Estado.” -----

Interveio **António Ferreira**: “ Este assunto preocupa-nos por dois aspetos: -----

É legitimado pela Lei 75/2013 que é uma lei recente mas já começou a ser contestada sobretudo nesta área da transferência de competências para as freguesias. ---

É um problema enorme para as freguesias neste momento em termos de assumir competências, que foram essencialmente das Câmaras Municipais e a contestação das freguesias já começou a ter o seu auge no próximo encontro de freguesias que se vai realizar nos finais de janeiro princípio de fevereiro. -----

Na base disto, a proposta que foi feita, sei que é um pouco a continuação de criar condições para que o trabalho anterior que estava a ser realizado, possa continuar a realizar. -----

Nós vamos viabilizar esta situação, chamamos à atenção do seguinte: -----

Com a introdução e aplicação da lei 75/2013, as coisas têm que ficar mais claras em relação às transferências de verbas para as freguesias, com a dotação necessária para criarem um quadro de pessoal para terem gente efetiva e que deem estabilidade de trabalho a essas pessoas que vão para as freguesias. -----

É bom que se criem competências, que se criem condições para as pessoas produzirem e terem incentivos ao trabalho.” -----

Continuou **Mário Ferreira**: “ Nesta questão não podia estar mais de acordo com o deputado do Bloco de Esquerda e também com o deputado da CDU. -----

De facto, lendo os contratos quase lhe chamaria um pouco inóculos na medida em que apresentam intenções e não apresentam, nem valores aproximados, nem fala nos recursos humanos a ser transferidos para as freguesias. -----

No entanto, como depreendo que estes contratos têm o acordo quer da câmara, quer das juntas de freguesia, vou-me abster nesta questão.” -----

Proseguiu **José Baptista**: “ Duas questões que não sei quem poderá responder, se os senhores Presidentes de Juntas, se o executivo. -----

Analisadas as duas minutas de contrato, que são em todo, semelhantes, há duas questões que nos saltam à vista: -----

Está explícito no contrato que há visão absoluta da câmara em todos os trabalhos, mas quem é que vai executar os trabalhos que estão à responsabilidade das juntas de freguesia, visto que as juntas de freguesia só têm funcionários administrativos. -----

Em segundo lugar, este trabalho vai ser assegurado somente por funcionários dos POC, como são assim normalmente designados, ou a autarquia pretende que os seus funcionários sejam também distribuídos pelos vários serviços que vão estar ao encargo das juntas de freguesia. -----

Há aqui responsabilidades que são dadas às juntas, que até hoje não eram e portanto trazem uma nova realidade para a organização da urbe, se nós virmos, há uma responsabilidade que é: gerir e assegurar a manutenção corrente das feiras e dos mercados da cidade, passam a ser os funcionários ou quem quer que seja, sob a tutela da junta de freguesia, a ter que ir de madrugada para o multiusos para tratar dos espaços das feiras e mercados. -----

Realizar manutenções nas escolas de educação pré-escolar, e do primeiro ciclo do ensino básico; -----

Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos escolares;

Conservação, reparação e limpeza de cemitérios; -----

Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e espaços verdes. -----

Quem é que vai fazer estes serviços, se o município vai despender dos trabalhadores que já tem, e os vai entregar às freguesias e ter a tutela sobre estes funcionários? -----

Se são funcionários do quadro ou dos planos operacionais? -----

Preocupa-me aqui a questão sobre a parte orçamental, não é questão que agora se fale, porque o senhor Presidente na apresentação das Grandes Opções do Plano, virá lá espelhado esta parte. -----

A questão da habitação social na Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, a quem é que fica entregue, não está aqui, suponho que ficará ao encargo do executivo camarário, mas são questões que acho que é necessário serem analisadas para podermos votar em consciência.” -----

Referiu **Ezequiel Estrada**: “ Este contrato de delegação de competências entre a Câmara Municipal e no meu caso com a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, vem de certo modo na continuidade daquilo que já vinha dos executivos anteriores. -----

Há um compromisso entre a freguesia e o Centro de Emprego, com algumas pessoas envolvidas em termos de exercício profissional, ao serviço da freguesia e câmara. -----

Este compromisso está previsto terminar só em março do próximo ano, até aqui, era impensável interromper esta contratualização, havia compromisso no caso concreto da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, temos oito profissionais que estão assegurados por um contrato e tem-se que dar continuidade. -----

De qualquer modo, o serviço que as pessoas estão a prestar é um serviço no terreno, no tratamento de espaços verdes, limpeza de arruamentos e pedreiros, e que vêm no sentido de alcançar algumas melhorias de condições e na linha do que vinha anteriormente. -----

Por iniciativa da Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e em colaboração com a Câmara Municipal, fizemos uma intervenção no Largo 24 de novembro, relacionada com a elevação a concelho desta cidade, e que foi devidamente dignificada por

conseguirmos ter pessoas envolvidas neste processo de contratualização estiveram presentes nessa situação. -----

Relativamente aos encargos e transferência do respetivo envelope financeiro para esta situação, isso não se põe, isto é uma situação contratualizada pela freguesia, é colocada ao serviço da Câmara Municipal com a supervisão da Câmara Municipal, que é quem possui técnicos para supervisionar. -----

Relativamente à intervenção do deputado do Bloco de Esquerda, com a questão da redução de verbas às juntas de freguesia, também é um facto, há pouco falou-se aqui da questão do IMI, é que um por cento da receita do IMI do urbano vai para as freguesias e o rústico vai totalmente para as freguesias.” -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Nós vamos aprovar na base do artigo 134º, até à entrada em vigor do acordo de execução as competências previstas no artigo 132º, que é referido no documento, são exercidas pela Câmara Municipal até ao período de transferência de competências. -----

Alertamos, isto é um aviso, nós não estamos na disposição de viabilizar no futuro situações destas através, não estou a dizer que não haja situações específicas de ir buscar gente ao centro de emprego, o que nós pretendemos, é uma contratação efetiva das pessoas com alguma estabilidade, até para que os trabalhadores no exercício dessas funções tenham estímulo ao trabalho, possam cumprir e haja grande produtividade de trabalho que é aquilo que a gente quer em termos desses setores. -----

Não vamos deixar que as freguesias se transformem em sucursais dos centros de emprego, para a diminuição artificial do número de desempregados em Portugal. “ -----

Continuou **Marco Geração**: “ Temos várias questões que ficam por responder, nomeadamente a transferência de recursos humanos na Lei 75/2013, no artigo 122º nº 3 diz: “ *A afetação dos recursos humanos através de instrumento de mobilidade é válida pelo período de vigência.....*”, como é que será feita essa mobilidade? -----

Qual é o enquadramento legal, os funcionários deixam de pertencer à câmara, passam a pertencer à junta de freguesia? -----

Existem aqui muitas situações que faltam explicar, as juntas de freguesia fazem um trabalho de proximidade, são muito importantes nisso, agora nós temos de perceber como é que isso é feito, em termos de contratação de novos funcionários. -----

Estamos aqui a falar em contenção salarial, em orçamentos que diminuem de ano para ano, e ao mesmo tempo estamos a falar, que vamos buscar gente aos centros de emprego, gostaria de saber, neste âmbito, nesta nossa realidade isso vai ser feito. -----

O que dá a entender, é que as câmaras passam a ser uma prestadora de serviços das juntas. -----

Do ponto de vista orçamental, seria também importante perceber, como é que será feito o enquadramento orçamental das atividades financiadas pela câmara às juntas de freguesia.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Assembleia**: “ Nada daquilo que é aqui proposto resulta diferente daquilo que existiu no passado, é um processo de continuidade. -----

Simplesmente o novo formato que é dado ao protocolo, envolve novas competências por força da lei. -----

Não existe aqui novidade nenhuma em termos da relação que existia com as juntas de freguesia e o trabalho com as juntas. -----

Daquilo que depreendi das palavras do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, será nessa perspetiva de continuidade, como as coisas se desenrolavam até agora, continuarão a desenvolver-se e a desenrolar-se daqui para a frente.” -----

Prosseguiu **José Baptista**: “ Ao ouvir o senhor Presidente fiquei com a sensação de que, efetivamente há boa vontade para estes funcionários que estão ao encargo da junta, que o senhor Presidente herdou de contratos assumidos anteriormente. -----

Infelizmente não é a boa vontade que houve para os vinte e dois funcionários desta casa, porque se naqueles que o senhor Presidente se referiu, não se quebram ciclos e não se tiram as pessoas do nada, não foi bem o que aconteceu aqui com os funcionários que estavam a recibos verdes nesta casa, e esses não vão sequer acabar os contratos mesmo que fosse nos primeiros meses do próximo ano, acabam no final deste ano. -----

Louvo essa atitude de pelo menos querer levar até final do protocolo os compromissos assumidos e dos querer renovar, quer dizer que havia uma lógica de trabalho positiva, que quer levar em continuidade na sua freguesia e fico contente por isso. -----

Há aqui uma coisa que já foi esplanada na reunião de executivo pelo senhor vereador Rui Gonçalves, e que tem novamente de ser posta em cima da mesa, as juntas de freguesia neste momento, mesmo com o projeto dos CEI, não tem capacidade para tratar de uma situação tão básica como tratar das feiras ao sábado de manhã. -----

Quem é o funcionário do CEI que vai de madrugada ao sábado para o multiusos tratar deste assunto, porque são funcionários da câmara que o fazem apesar de a maior parte dos munícipes não saberem, aquilo não se monta de um dia para o outro, não aparece ali tudo feito, é esta gente que vai fazer isto? -----

Neste momento o quadro de pessoal que as duas juntas têm e com estes colaboradores que vêm do protocolo com o centro de emprego, as juntas não têm capacidade de assumir isto sem protocolar, e acho que os senhores Presidentes sabem disto, tal como o senhor Presidente da Câmara sabe, mas neste momento, com as condições que existem não há capacidade de cumprir tudo o que está aqui.” -----

Respondeu **Ezequiel Estrada**: “ Há aqui uma situação que temos definir e tem que ser entendida. -----

As juntas de freguesia têm competências próprias e podem ter competências delegadas ou protocoladas. -----

O que estamos aqui a falar, neste caso concreto, é uma situação de competências que são acordadas entre duas partes, a câmara municipal e junta de freguesia, isto são competências protocoladas que assentam numa base de entendimento e com transferência de verbas de acordo com as necessidades para salvaguardar sem qualquer rendimento para as duas partes, senão a prática profissional destas pessoas. -----

A junta de freguesia não vai ficar com mais dinheiro para reforçar o seu orçamento, mas apenas, se houver transferência da câmara e a freguesia, será para suportar os encargos com estes profissionais. -----

Estes profissionais prestam serviço seja às quatro ou às seis da manhã em feiras e mercados conforme referiu, são supervisionados, cumprem os horários e estão integrados em equipas com os trabalhadores do quadro, não estão isolados. -----

Relativamente às competências próprias, estamos a aguardar que efetivamente seja definido a lei 75/2013, que anuncia uma série de situações a serem transferidas para as juntas de freguesia. -----

O que vai haver em finais de janeiro relativamente às freguesias, é o congresso eletivo, em que se vão eleger os corpos sociais da Associação Nacional de Freguesias, tal como aconteceu em 23 de novembro relativamente à Associação Nacional de Municípios, em Santarém, depois vai-se programar toda uma ação de desenvolvimento de trabalho para concertar algumas medidas à lei 75/2013.” -----

Passou-se à votação do ponto número três. -----
VOTAÇÃO DO PONTO NMÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “ **Contrato de Delegação de Competências e Acordo de Execução entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e São João Baptista** “ foi aprovado por maioria com onze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, e doze abstenções, sendo cinco do Partido Social Democrata, três do Bloco de Esquerda, três da Coligação Democrática Unitária e uma do Centro Democrático Social. -----

Referiu **António Ferreira**: “ Fica bem claro aqui, que nós em próximas situações e quando entrar em vigor a lei 75/2013, o PS e o PSD vai ter que se entender, que nós não vamos viabilizar o recurso a trabalhadores precários para este tipo da entrega de competências às juntas de freguesia.” -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----
PESSOAL – REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – IMPLEMENTAÇÃO FASEADA DAS UNIDADES ORGÂNICAS FLEXÍVEIS PREVISTAS NO PONTO c) DO ARTIGO 18º DO ROSME – REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO –

Pediu a palavra **Luís Grácio**: “ A informação que nos é dada acerca das alterações da estrutura, nomeadamente a substituição de dirigentes, é manifestamente insuficiente. -----

Os órgãos continuam a existir, há redução de departamentos, são pessoas que tinham comissões de serviço estabelecidas, por aquilo que é dito no despacho vão ser ressarcidas pelo período não executante, não se conhece nenhuma informação por mau desempenho, nem algo que justifique a substituição, achamos que há pouca justificação para estas alterações, ser houver algo mais, gostaríamos de saber para podermos votar em consciência. -----

Julgo ser um lapso de linguagem, a decisão da câmara, termina dizendo que a deliberação tomada pelo executivo deve ser enviada à assembleia para devido conhecimento e homologação, não é homologação, deve ser deliberação.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Perante a proposta que aqui nos é trazida da reunião do executivo, e lidas as várias declarações de voto posteriores ao despacho, há aqui dois ou três considerandos que é necessários serem feitos. -----

Nós tivemos uma discussão na nossa reunião da comissão permanente, sobre se estava tudo exatamente de acordo com aquilo que havia sido aprovado. -----

O organigrama que nos enviaram e agradeço, demonstra aquilo que é a nova organização dos serviços da autarquia, que foi proposta no mandato anterior. -----

O que nos parece aqui estranho, e não se percebe porquê e se calhar era mais fácil o senhor Presidente da Câmara explicar, para que nós não digamos uma coisa que não corresponda com a verdade. -----

Existiam comissões de serviço aos dirigentes das várias áreas que estavam a ser pagas, estes dirigentes ao serem destituídos dos lugares aonde estavam em exercício, são indemnizados e são renumerados os novos titulares desses cargos, com o respetivo valor mensal. -----

Nós não devíamos estar a ter esta discussão agora, porque as pessoas já foram nomeadas, e qualquer coisa que nós aqui digamos, vai estar a ferir o Engenheiro Rafael Domingos e o Engenheiro Carda, porque são os dois titulares destes departamentos. -----

De quatro, passamos a dois, tal e qual como havia sido pensado, discutido, deliberado nesta assembleia no mandato anterior, mas a forma como ele foi feito, de terminar estas comissões de serviço e ter que indemnizar os funcionários, porque não

fomos capaz de chegar ao término das comissões de serviço, parece-me que algo aqui não está a bater certo, e era por isso, que estava a pedir ao senhor Presidente da Câmara, que prestasse um esclarecimento a esta assembleia, para que nós possamos em consciência saber o que é que se passou. -----

O senhor Presidente da Câmara tem toda a legitimidade, como Presidente do Executivo, de escolher as suas equipas e trabalhar diretamente com os funcionários que acha que são mais competentes em cada um dos serviços para executarem as funções em que ele acredita mais e sobre isso não há nada a discutir.” -----

Prossigui **Mário Ferreira**: “ Basicamente tenho duas perguntas para colocar. ---

A primeira, é se existiria algum dispositivo legal que obrigasse de facto à substituição dos funcionários. -----

Outra questão, de acordo com o que li, depreendo na continuidade do que disse o deputado do PSD, há aqui de facto um acréscimo na despesa da autarquia, porque para além das indemnizações, que não sei se são indemnizações, se é o ordenado que continuará a ser pago até ao final do tempo da comissão de serviço, há aqui um acréscimo na despesa da câmara.” -----

Referiu **António Rodrigues**: “ Em relação à intervenção do senhor deputado José Baptista, não tínhamos chegado ao momento a que chegámos se em quatro de dezembro de dois mil e doze, não fosse aprovado as manutenções das comissões de serviço. -----

Sobre o acréscimo de despesa, o que estamos a falar aqui é insignificante, os direitos dos trabalhadores estão salvaguardados, se formos falar em acréscimo de despesa, no ponto número dois da ordem dos trabalhos, falávamos em 271.000 euros, devido a um lapso contratual feito com a Tecnovia e o executivo anterior. -----

Falando em acréscimo de despesa, no Parque Verde do Bonito, andaram a terraplanar um terreno na parte norte, que teve um custo de noventa mil euros, pergunto se isso também não é acréscimo de despesa. -----

Para terminar, um último exemplo, nas festas do Entroncamento aonde estiveram vários artistas, incluindo o José Cid, numa altura em que todos estamos em contenção de despesas, eventualmente poderiam arranjar outro artista de maneira a não aumentar as despesas da autarquia.” -----

António Ferreira referiu:” O que se tem gasto na cultura nesta câmara ao longo dos anos, tem sido uma coisa miserável e portanto, o José Cid merece vir cá e mais alguns, porque a cultura é indispensável para a população. -----

Em relação a esta questão mais concreta, eu compreendo a situação da câmara em relação organização das divisões que existem. Se nós tínhamos dez divisões e passamos para quatro divisões, se restructuramos todo o funcionamento da câmara, neste momento temos inúmeras dificuldades para dar resposta às pessoas, temos menos competências, as coisas em termos da área urbanística mudaram, as solicitações nessa área são menores. -----

Acho que a câmara em função daquilo que a lei permite neste momento, tente restructurar noutros setores para dar resposta às necessidades. -----

Nos vemos as coisas mais de fundo e temos que ir às origens, o que está em causa aqui, é o desmantelamento do estado como nós o temos conhecido, a única preocupação que existe para o estado e algumas forças políticas é: Magistratura, Diplomacia e Segurança, o resto é para desaparecer e para abrir as portas ao privado. -----

Concordo dentro da margem que nos é possível em termos de lei, concordo que se possa utilizar adequadamente aquilo que são as quatro divisões e se restructure os serviços em função daquilo que a lei permite.” -----

Interveio **Mário Balsa**: “ Não estamos a falar de valores tão elevados quanto isso em termos de indemnizações, comparativamente àquilo que já se viu em relação a outros temas. -----

A questão fulcral que aqui se prende, a realidade mostra-nos que a câmara precisa trabalhar rapidamente para ultrapassar a situação em que se encontra e em que foi deixada nestes últimos anos, esse é que é o verdadeiro ponto da questão. -----

Quanto mais rápido nós tivermos os serviços a funcionar, com maior facilidade e rapidez, daremos resposta àquilo que nos é exigido e nesse sentido de responsabilidade este executivo honrando os compromissos que tinham sido firmados pelo executivo anterior, finalizou uma reorganização para poder no imediato começar a trabalhar naquilo que é a recuperação que todos desejamos. -----

Nesse sentido, não me parece que estejam aqui a ser relegados para segundo plano, qualquer tipo de considerandos ou pessoas, aquilo que acontece, é que nós estamos a dar resposta a uma realidade que nos é exigida, e todos nós aqui sabemos disso, uma realidade que nos é imposta fruto de questões que anteriormente já falámos sobre elas e provavelmente falaremos, e nesse sentido de termos que dar resposta a estas realidades, somos também obrigados e cumprimos com as nossas obrigações, em relação àquilo que foi aprovado anteriormente nesta câmara. -----

Tendo sido feita uma redução drástica, como já aqui foi falado pela CDU e bem, na organização dos serviços naturalmente era necessário uma resposta para os operacionalizar o mais rapidamente possível, colocando pessoas que já eram desta casa, pessoas que mostraram serviço ao longo dos últimos anos e que nesse sentido, merecem todos os créditos.” -----

Pedi a palavra **José Baptista**: “ Sobre este ponto da ordem dos trabalhos, tenho que sublinhar duas ou três coisas que aqui ouvi. -----

O senhor deputado António Rodrigues disse que eram custos insignificantes. -----

Foram os serviços desta câmara que fizeram tudo o que esta câmara fez, e os titulares políticos desta autarquia só servem para orientar politicamente os funcionários no trabalho que é feito, uma escolha política e os funcionários executam em função das escolhas que o executivo faz. -----

Tudo o que é feito aqui dentro, é feito por funcionários que funcionaram sempre a cem por cento e os que não funcionaram a cem por cento, tiveram essa menção na avaliação que lhes é feita todos os anos. -----

Se calhar ainda não contactou diretamente com todos os funcionários desta casa, graças a Deus os eleitos do PSD que estão nesta bancada, puderam durante doze anos contar com os funcionários todos desta casa, muitos sendo do PSD ou não, nunca viraram a cara a nada que lhes fosse pedido e portanto, só lhe posso dizer de certeza, que ao final destes quatro anos que agora começam, vai ter a certeza que os funcionários desta câmara trabalham a cem por cento, sempre que se sentem dedicados e com vontade de trabalhar.” -----

Referiu o senhor **Presidente da Câmara**: “ O senhor deputado Mário Ferreira perguntou se havia algum imperativo legal que empossasse esta substituição e a resposta é não. -----

Perguntou se há acréscimo de despesa, e a resposta é sim, ou seja: -----

A primeira é não, porque de facto esta é uma decisão de gestão e não uma decisão de imposição legal. -----

Disse sim à segunda, porque efetivamente dos dois novos titulares, das duas divisões, o Arquiteto Rafael Domingos e o Engenheiro Nuno Carda, o Arquiteto Rafael

já era chefe de divisão, com esse quadro não houve qualquer acréscimo, o Engenheiro Nuno Carda, não era chefe de divisão e com esse há um acréscimo. -----

Como nós temos todo o respeito pelos direitos das pessoas e dos trabalhadores, obviamente que tomámos esta decisão no estrito cumprimento da lei e aos dirigentes aos quais foi cessada a comissão, nós garantimos a renumeração até ao final da sua comissão de serviço. -----

Houve outro conjunto de comentários que achei interessante, não me vou pronunciar sobre eles, só vou tentar explicar a esta assembleia, duas ou três das razões que estiveram na base desta tomada de decisão de gestão que é da competência do Presidente da Câmara, que é cessar ou nomear dirigentes. -----

Não é da competência do Presidente da Câmara e por isso foi aprovado por esta assembleia a nova estrutura orgânica, subscrevo muito aquilo que disse o deputado António Ferreira sobre essa matéria, mas há uma questão que é clara, foi aprovada uma nova estrutura orgânica por esta assembleia, não foi esta, mas foi a que a antecedeu, com todo o direito democrático e portanto, nós vamos coloca-la em prática e foi isso que fizemos. -----

Num ato de gestão pôr em prática dessa estrutura orgânica, fizemos parte porque, porque entendemos que se fosse na totalidade, poderia criar algum constrangimento, algum problema ao funcionamento normal dos serviços e optamos por fazê-lo faseadamente. -----

Que seja muito claro, optamos por tomar essa decisão relativamente ao anterior departamento de urbanismo e obras municipais, que anteriormente era constituído por um departamento e cinco divisões, optamos por tomar essa decisão por uma questão de eficácia. -----

Nesse departamento havia Engenheiros que estavam na prateleira, que não tinham trabalho distribuído, havia inúmeros processos disciplinares nesse departamento, foi alvo de uma peritagem pela polícia judiciária, penso que isso é público, havia um conjunto de constrangimentos relativamente a obras públicas que estavam a decorrer, se nós não tivéssemos atuado como atuamos, provavelmente não sabemos ainda se conseguimos reverter algumas das situações criadas, mas provavelmente o município poderia estar confrontado com uma situação de uma escola centro escolar norte, que deveria ter ficado concluída em maio de 2013, e que neste momento não está sequer a 50% da sua execução. -----

Podíamos ter ficado confrontados com uma situação que é a escola Rui D'Andrade, que tinha uma previsão largamente anunciada pelo anterior executivo, de que haveria custo zero para o município mas que o anterior executivo já tinha clara consciência, já o tinha transmitido aos seus pares, que esse custo seria de pelo menos de 600.000 euros, provavelmente neste momento a decisão que temos é que será perto de 800.000 euros, vamos tentar reverter essa situação. -----

Tínhamos um conjunto de informações que vinham desse departamento, que não se revestiam de confiança técnica, tínhamos por exemplo uma fatura emitida pelo anterior executivo, enviada para um empreiteiro desta cidade que totaliza cerca de 190.000 euros, acerca de espaço público ocupado por estaleiros em obra, curiosamente, esse espaço público foi um apanhado feito, salvo erro, a partir desde 2001 até 2013, pergunto se haverá outras situações? Vamos tentar averiguar. -----

Uma coisa eu sei, nós temos uma fatura que foi enviada se calhar só em setembro, porque estávamos próximo das eleições, inicialmente foi apenas enviada uma carta em junho a um empreiteiro a dizer que tinha de pagar 190.000 euros, e obviamente ele fez aquilo que qualquer um de nós faria, não recebeu nenhuma fatura, mas depois foi

enviada uma fatura em setembro, referente a espaço público ocupado por estaleiros, volto a repetir, um apanhado desde 2001. -----

Esta decisão foi no estrito interesse do município e da defesa do município, nós fomos eleitos para isso e é isso que vamos fazer até ao fim.” -----

Seguidamente o senhor **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “ **Pessoal – Reorganização dos Serviços – Implementação Faseada das Unidades Orgânicas Flexíveis Previstas no Ponto c) do Artigo 18º do ROSME – Regulamento da Organização dos Serviços do Município do Entroncamento**”, foi aprovado por maioria com catorze votos a favor, sendo nove votos do Partido Socialista, três votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco votos contra do Partido Social Democrata e quatro abstenções, sendo três do Bloco de Esquerda e uma do Centro Democrático Social. -----

O senhor **Presidente da Assembleia** referiu: “ Antes de terminar esta sessão extraordinária, deixe-me fazer três comentários. -----

Agradecer a presença de todos, do público que esteve nesta assembleia, porque embora não pudesse participar, é sempre gratificante saber que temos munícipes desse lado atentos. -----

Agradecer a presença do senhor Presidente da Câmara e dos Vereadores. -----

Referir a esta assembleia, porque acho que isso é a nossa responsabilidade, que decorreu esta semana a tomada de posse na Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, dos membros que aqui foram eleitos. -----

Referir ainda, que provavelmente se nada existir em contrário, teremos a sessão ordinária no próximo dia vinte de dezembro.” -----

Nada mais havendo a tratar, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos. -----

A presente ata, depois de lida e visada pela Primeira Secretária, vai por ela ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

O Presidente da Assembleia:

A 1ª. Secretária:

A 2ª Secretária: